

MG QUILOMBO
Imposto da Capitação

O IMPOSTO DA CAPITAÇÃO E O QUILOMBO DO CAMPO GRANDE

Texto de Tarcísio José Martins

Um Brasil tupi-luso-espânico

Cada um dos Estados brasileiros tem sua formação étnica específica em decorrência de seus próprios movimentos migratórios no tempo e no espaço.

Aprendemos na escola que Portugal descobriu o Brasil em 1500, mas que passado o primeiro entusiasmo, deixou nossa terra fora da sua prioridade que continuou a ser o negócio das especiarias.

O Brasil serviu para castigar degredados; serviu para fornecer pau-brasil, outras madeiras e ervas medicinais. Foi retalhado em capitânicas hereditárias e instigado à monocultura da cana movida a escravo africano. Vem o governo geral tentando um poder central, morre o jovem rei Dom Sebastião e seu tio cardeal e chegamos a 1580 com Portugal e todo o Ultramar sob o poder de Felipe II, da Espanha. Que Brasil era aquele? Era um Brasil cujo povo comum não falava o português e sim a língua geral, misto de português, tupi e guarani, pois a língua se aprende com a mãe e, essas mães eram em maioria, as índias tupis e guaranis que foram as nossas primeiras Sabinas.

Na São Paulo surgida em 1554 à sombra dos jesuítas, o povo paulista continua a aprender a língua geral no colégio que, desde 1584, ensinou também o espanhol.

Esta espanholização permitiu aos paulistas vergar a Linha de Tordesilhas e agregar, na ponta da espada, dois terços do território que, hoje, o Brasil tem.

Restaurado o trono português em 1640, os paulistas quase-índios, assim como pernambucanos e baianos, falando a língua geral, resolveram mostrar o ouro e todo o amor a Portugal.

Os paulistas descobriram as Minas Gerais e... o OURO!

De 1674 a 1692, de Fernão Dias a Rodrigues Arzão:

“Saiu a bandeira, andeira,
Da beira do rio Anhembi,
Levando essa gente mateira,
Sem eira e nem beira
E a língua tupi!
He! Jaraguá!
He! Jaraguá!
Espia por cima das serras e me conta
Por onde a bandeira andar!á!
Sussurra por cima das nuvens
E me conta... se vai voltar”. (*)

(*) Poesia de tjmartins.

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

A marcha bandeirante e a descoberta das Minas Gerais

Entre os vários descobridores paulistas, estava Duarte Lopes, o mulato que descobriu o “ouro preto”, “*em um certo ribeirão, que disse desaguava no rio Guarapiranga*”¹. E não foi ele o único descobridor afrodescendente, pois há notícias de muitos outros, destacando-se “*um pardo muito rico, que tirava ouro em tachos, Manuel de Lima*”² era seu nome”. As mulheres negras também foram grandes mineradoras, a exemplo de Rita de Souza Lobo que trocou uma mina de ouro que descobrira por sua liberdade. Depois, trocou sua liberdade pelo amor. Mas aí já seria outra história.

Mas, o ouro não sussurra. O ouro fala. O ouro grita. O ouro berra. Baianos e Pernambucanos, que também falavam a língua geral foram chegando. A toponímia mineira adveio desta língua geral que falavam os brasileiros, mesmo porque, nenhum índio da região das Minas falava tupi ou guarani.

Mas o berro do ouro atravessou os mares e, em menos de vinte anos, as Minas se entupiram de portugueses que vieram trazendo os seus escravos bantus. O número de portugueses ultrapassou, nas Minas, o número de paulistas e demais brasileiros e, num de repente, o burburinho das vozes nas catas e nas vilas revelava – a quem de longe prestasse boa atenção – que já se falava muito mais a língua portuguesa do que a língua geral, ficando, os brasileiros, como se fossem estrangeiros em sua própria terra. Quanto à contribuição dos negros, a Dra. Yeda Pessoa de Castro ensina que “*o africano adquiriu o português como segunda língua e foi o principal responsável pela difusão da língua portuguesa em território brasileiro*”³.

Portugal entendeu que estava na hora de tomar o poder total na Colônia Brasileira. A Guerra dos Emboabas de 1709 nunca foi um último embate entre paulistas e o resto do mundo como até então propagou impunemente o historiador reinol. Foi, sim, o primeiro embate travado entre os potentados reinóis contra os potentados da terra. Para que o Estado Português reinasse absoluto sobre o ouro das Minas era preciso sojigar pernambucanos, baianos e principalmente os paulistas.

Os reinóis nunca foram páreo para uma luta contra os paulistas. Confiavam, isto sim, na força de seus escravos 100% africanos, acostumados ao uso das armas de fogo desde o Congo, Angola e Moçambique. Os escravos (administrados) dos paulistas eram, em quase 100%, índios, cuja força bélica era sempre medida em número de arcos (de flecha). Mas, ao início da primeira década dos setecentos, foram tirados dos paulistas todos os seus índios, inclusive os seus parentes, que foram aldeados em regiões próximas a São Paulo. Simultaneamente, foi proibido sob rigorosa fiscalização, que se vendessem aos paulistas mais que 200 negros por ano, sem qualquer restrição aos reinóis que puderam aumentar, ainda mais, os seus escravizados negros.

1 Relato do Mestre-de-campo José Rebelo Perdigão, in Relatos Sertanistas, p. 172.

2 Códice Costa Matoso, v. 1, p. 218.

3 In Falares Africanos na Bahia, p. 78.

MG QUILOMBO **Imposto da Capitação**

Assim, os negros dos reinóis, começando pelos dois primeiros negros-mártires que sucumbiram ao fogo das escopetas paulistas (depois rechaçados no Capão da Traição), passando pela escaramuça que o capitão negro Lourenço da Mota e seu terço de 500 Henriques ajudou a impor a Amador Bueno e seus 1.700 paulistas, fazendo-os bater em retirada a quebrar pontes e pinguelas até chegarem na humilhada Piratininga, ajudaram a marcar o primeiro aviso reinol: os reinóis agora é que mandavam nas Minas.

Portugal queria mais.

Os paulistas, até hoje, gostam de contar essa história, mas sem o final supracitado. Os historiadores mineiros, nem isto. Pois, até hoje, fingem não saber de qualquer contribuição do negro para a construção da Pátria Mineira.

Os reinóis jamais teriam conseguido se impôr aos potentados da terra, não fossem as suas pioneiras tropas de Henriques e Zuavos.

Mas, Portugal gostava muito de ouro. Por isto, não podia, ainda, abrir mão dos paulistas. Resolveu acorrentar paulistas e reinóis em uma só Capitania. A partir de 1710, os governadores oficializaram as vilas mineiras e as organizaram em comarcas. O número de negros forros crescia. Tomavam conta do comércio miúdo e da prestação dos serviços artesanais, artísticos e militar. Reinóis e paulistas, juntos ou separados, foram se tornando insolentes e desafiando o próprio poder estatal.

Assumar chegou em 1717 para sojigar de uma vez os paulistas, acabar com as tropas de negros, implantar os dragões e enfraquecer os régulos reinóis; substituir o imposto da Capitação pelos quintos em casas de fundição. Fez brotar da terra o inferno. Paulistas e seus índios, reinóis e seus negros criaram tumultos, incitaram motins, babaram desaforos. A própria natureza estrebuchou e vomitou rebeliões. Assumar desmantelou as revoltas de Pitangui e enforcou em estátua o paulista Domingos Rodrigues do Prado. Prendeu o português Tomé Afonso e despedaçou o enforcado, ou enforcou o despedaçado Felipe dos Santos, outro heroico reinol. Quanto ao articulador de tudo isto, o riquíssimo Pascoal da Silva Guimarães e seus asseclas do estanco, Assumar só os pôde prender e repatriar. Pagaria caro por isto, mais tarde em Portugal.

Ironicamente, mais uma vez foram os negros forros e as milícias particulares de escravos negros de reinóis dissidentes que restabeleceram a ordem, ajudando a sojigar reinóis, negros revoltosos e paulistas, garantindo em certo momento, a própria vida do sanguinário governador Assumar. O historiador reinol sempre quis nublar e esconder mais esta contribuição dos negros na formação da Pátria Mineira.

Expulsos os paulistas, os reinóis traíram os pretos forros

Assim, Portugal resolveu isolar paulistas e mineiros em capitánias separadas, a partir de 1721. A maioria dos paulistas se retirou para São Paulo, retomando a conquista dos Goias. Assim, as Minas viraram o paraíso dos forros, o purgatório dos brancos e o inferno dos escravos. As Sabinas, agora as negras, num curtíssimo espaço de tempo geraram o maior contingente de mulatos que o mundo já vira. A atuação dos forros perpassava pequenos cargos públicos,

MG QUILOMBO

Imposto da Capitação

comércio miúdo, as artes e os ofícios e a todo e qualquer trabalho manual, pois, portugueses, não trabalhava com suas mãos. Muitos forros estavam ficando ricos e os mulatos se atreviam até mesmo a se candidatarem a homens-bons e a serem juizes de vintena e vereadores nas câmaras das Vilas.

Por tudo isto, Dom Lourenço de Almeida, depois de 1725, teve ordem de repor na prática o libelo ultramarino da Ignomínia: quem tivesse sangue impuro até a quarta geração, não poderia mais ocupar cargos nas câmaras ou nas ouvidorias, entre outras abjeções a limitar a crescente intromissão dos pretos forros na sociedade Mineira. Também não podiam mais andar armados. Também os escravos e escravas não poderiam mais ostentar jóias ou usar roupas de seda. Isto, era para que os forros aprendessem de uma vez por todas que eram inferiores aos brancos. Era para que os negros e pardos, forros e escravizados tivessem certeza de que haviam nascido para serem escravos. A proibição das armas era também para impedir a proliferação de régulos reinóis e suas milícias negras.

Vem André de Melo e Castro, em quem, esses mesmos pretos forros, em resposta político-cristã, deram em 1733 um tapa com luvas de purpurina, espargindo em profusão tamanha, nas ruas e céus de Minas, todas as artes e toda a cultura barroca, na verdade afro-barroca, immortalizando o Triunfo Eucarístico que, ainda hoje, os brancos pensam que foi seu. Nunca foi. Foi dos negros. Está tudo escrito no livrinho do Simão Ferreira Machado. Você pode ver cópia da edição original no site do Arquivo Público Mineiro – APM.

Veja-se, pois, que o historiador reinol quis roubar também a maior manifestação barroca e artística, com que os negros e pardos contribuíram para a construção cultural da Pátria Mineira.

Esses negros. Esses forros. Acham ouro. Compram coisas, compram bens e querem se igualar aos reinóis. Alexandre de Gusmão, o paulista traidor de seu próprio povo, e seu comparsa Martinho de Mendonça, encontraram no Ultramar a solução: acabar os quintos do ouro e reimplantar a capitação semestral para ser cobrada sobre toda e qualquer pessoa que trabalhe com as próprias mãos. Ao final, as Sabinas negras mineiras haviam gerado, num curtíssimo espaço de tempo, o maior contingente de mulatos que o mundo já vira. A maioria dos filhos homens acabavam forros (libertos).

Para saber como realmente viviam os pretos forros das Minas Gerais dos anos setecentos, leia a matéria sobre José Inácio Marçal Coutinho, um preto forro sabido, letrado e político que tentou ser procurador de todos os pretos das Minas Gerais. Está no MG QUILOMBO; é só entrar e imprimir ou baixar esse texto.

Imposto da Capitação, a desgraça das Minas Gerais

Numa primeira vez, o povo horrorizado recusou a reimplantação da capitação. Acabou o governo do conde das Galvêas. Assumiu Martinho de Mendonça, arauto de Alexandre de Gusmão e do imposto da capitação, o imposto maldito.

Gomes Freire, no Rio, Martinho de Mendonça nas Minas, prenderam, torturaram e aterrorizaram pessoas de todas as cores e condições. Encheram as

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

prisões. Escreveram que o povo queria a Capitação, em petições, nas quais as famílias dos presos tiveram que colher assinaturas. Também fraudaram o número de votantes da junta, para anular os votos contrários das rebeldes câmaras de Sabará e do Serro Frio. Foi assim que reimplantaram o imposto da capitação.

O projeto de Alexandre de Gusmão precisava aumentar a população. Assim, Martinho de Mendonça e Gomes Freire implementaram invasão ao norte, abocanhando territórios da Bahia e Pernambuco. Na sequência, assim que ocorresse a extinção da Capitania de São Paulo, o plano era abocanhar-lhes os territórios dos atuais Sudoeste e Triângulo, hoje mineiros.

Para isto, quadruplicaram o número de tropas, inclusive de pretos forros, mas substituíram os capitães das antigas por brancos “de confiança”. Implementaram processo legislativo junto ao Ultramar, com vistas a obter legislação que lhes permitisse impor a capitação a ferro e a fogo.

Lá vem, ao som de caixas, a voz do próprio capeta!

Era assim: De seis em seis meses, a partir de julho de 1735, os avisos da capitação passaram a ser lidos e afixados nos pelourinhos de todas as vilas e arraiais. Senhores, deviam pagar por cabeça de escravo que tivessem; preto forro ou branco pobre que trabalhasse com as próprias mãos, também, mas pela sua própria cabeça. Até a música, a pintura e a escultura eram trabalhos... assim, também os artistas tinham que pagar a capitação.

A capitação janeiro-junho vencia em março. A capitação julho-dezembro, em setembro. Ai de quem não pagasse. Senhores perdiam o escravo para o fisco e podiam ser acusados de sonegação, um crime do tipo lesa-majestade. Pretos forros eram açoitados na primeira vez; na segunda, presos; na terceira, deportados para outras capitanias. Músicos enganavam bem. Limavam os instrumentos metálicos e entregavam a limalha como se ouro fosse aos capitadores.

A capitação “*ficou servindo de prêmio e utilidade para os delinquentes dos descaminhos dos quintos e de total ruína e castigo para os inocentes, (...)*”⁴. Os potentados reinóis nunca haviam obtido tanto lucro.

O povilêu forro começou a abandonar as vilas oficiais, fugindo para os sertões.

A primeira revolta mineira contra a opressão tributária, iniciada nos Sertões do Norte das Minas em março de 1736, se chamou Motins dos Sertões ou Revoltas de Maria da Cruz, resultando em muitas refregas, onde se sobressaem as peripécias do lendário vigário da Manga e do Paracatu, padre Antônio Mendes Santiago, e o heroísmo de Dona Maria da Cruz, sua família e muitos outros descendentes de paulistas, donos das fazendas de gado que se recusaram a pagar a capitação por si e pelos seus agregados que eram índios.

Gomes Freire mandou que Martinho de Mendonça mentisse e espalhasse que tudo “*tinha sido um levante de vinte ou cinquenta vagabundos*”⁵. Martinho,

4 Códice Costa Matoso, v. 1, p. 497.

5 História Média de Minas Gerais, 3a edição 1974, p.123.

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

no entanto, acabaria revelando à história que *“Essa conspiração foi maior do que parece; entraram nela pessoas, que não chegaram a declarar-se e talvez dentro desta vila tinham quem os fomentasse, onde se espalharam o ano passado vozes sediciosas”*; e ainda *“A conspiração e levantes do sertão foi a matéria mais importante do meu governo”*⁶.

O poviléu forro continuou a abandonar as vilas oficiais, fugindo para os sertões.

Tendo morrido o governador de São Paulo, Gomes Freire assumiu esse governo e, como capitão-general interino também dos paulistas, em 1738, mandou agregar a Minas o novo descoberto do Rio Verde, hoje, cidade de Campanha-MG, tendo o Ouvidor de Rio das Mortes e Martinho de Mendonça submetido a força de armas esse arraial à capitação, fazendo despejar dali a gentilha e os pretos forros revoltosos.

O projeto da capitação pressupôs que sua cobrança seria facilitada pela fixação das pessoas em vilas e arraiais, de onde as listas dos párocos, fontes seguras para o lançamento do imposto, seriam enviadas para as intendências.

Vendo, a cada seis meses, o suplício aplicado aos malungos devedores (pretos forros) que, após o tronco, lamba e cadeia, eram muitas vezes enviados para a Colônia do Sacramento (hoje, Uruguai), passaram a fugir em massa para os sertões.

Vendo, outros forros e brancos pobres, a cada seis meses, os seus bens serem roubados e seus escravos confiscados pelos capitães do mato, começaram a mandar que, antes disto, seus escravos fugissem para os sertões. Depois, passaram a fugir juntos com seus escravos para o mesmo rumo e destino.

Gomes Freire obrigou as ordenanças a fiscalizarem os capitães do mato e até a ajudá-los a atacarem os sonegadores a quem sempre chamou de quilombolas e, de quilombos, os povoados que eles levantavam nos sertões. A população das vilas e arraiais oficiais foi diminuindo a olhos vistos; os sertões foram se estrelando de pequenas povoações.

Em 1741, especialmente para as Minas, chegou a “Lei da Marca em F” e todo o seu arcabouço de leis auxiliares, permitindo a Gomes Freire aplicar fintas para arrecadar ouro nas Comarcas, a pagar duas tomadias, para remunerar também a prisão de preto liberto e assalariar os capitães do mato, os quais sempre subsidiou e usou na cobrança do imposto da capitação. Além disto, foi criminalizado o simples fato de se estar em um “quilombo”, cujo novo conceito legalizou os crimes de Gomes Freire, pois eliminou a necessidade de haver ranchos ou pilões para ser considerado quilombo, bem como, proibiu que qualquer pessoa que matasse em ataques a esses quilombos fosse processada e muito menos condenada.

Entre os anos de 1741 e 1742, Gomes Freire aplicou fintas para custear ataques a “quilombos” nos Sertões das Contagens, Comarca do Sabará e sertões do Susuy e Peropeba e outros quilombos esparsos entre as então comarcas do Sabará, de Vila Rica e do Rio das Mortes.

⁶ História Média de Minas Gerais, 3a edição 1974, p.124.

MG QUILOMBO **Imposto da Capitação**

O novo governador de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas, interpôs gente sua no Descoberto do Rio Verde, hoje cidade de Campanha-MG, para contestar a posse mineiro-reinol concedida pelo próprio Gomes Freire quando governava as duas Capitâneas. Em 1743, o Governador de São Paulo desistiu da Campanha do Rio Verde e Gomes Freire se aproveitou para exterminar os “quilombos” tributários da Campanha, nos sertões dos rios Verde e das Araras, hoje regiões dos municípios mineiros de Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Três Pontas, Campos Gerais.

As primeiras guerras aos Quilombos do Campo Grande

Em 1744 os reinóis de São João Del Rei abocanharam da Vila de Pitangui o Arraial do Tamanduá, hoje cidade de Itapeçerica-MG, levando até ali, as fronteiras da Comarca do Rio das Mortes. Dali para frente, até os Sertões do Piuhi, para os reinóis, tudo continuou a se chamar Campo Grande da Picada dos Goias; tudo isto ficava em território indefinido “entre” Minas e Goiás, que ainda era uma Comarca de São Paulo.

Francisco Martins Lustosa gritou ouro em Santana do Sapucaí, hoje Silvianópolis-MG, arrastando para a margem esquerda desse rio todo o povaréu, fazendo sumir da Campanha do Rio Verde a sua gentilha e gente forra e, como consequência, a arrecadação do imposto da capitação. Gomes Freire passou a querer sojigar também toda a margem esquerda do Sapucaí.

As reclamações do povo que chegavam ao Reino só falavam da pobreza das Minas, do esvaziamento das vilas, da miséria e da desgraça chamada capitação. Gomes Freire em suas correspondências, por sua vez, só falava de perigosos quilombos, cheios de negros ladrões, assassinos e desrespeitadores das famílias que precisava exterminar.

Desde 1742, o devasso rei Dom João V entrara em alienação mental, ficando sua vontade interpretada e ditada por Dom Gaspar, seu confessor, e por Alexandre de Gusmão, seu secretário. Assim, nenhum gemido das Minas foi escutado, pois o paulista traidor de seu próprio povo não admitia o desastre da capitação e, por só pensar em Madri, passou a ser chamado pelo apelido irônico de Gusman, o Castelhana.

Enquanto isto, pretextando recuperar a Campanha – que já fora entregue por São Paulo – Gomes Freire mandou, em 1746, os oficiais do Rio das Mortes tomar também Santana do Sapucaí, hoje, Silvianópolis-MG, margem esquerda desse rio. Francisco Martins Lustosa, funcionário reinol da Capitania de São Paulo, ajudado por centenas de pretos forros, gentilha e renegados paulistas derrotou por duas vezes os reinóis de Gomes Freire, pondo-os em vergonhosa retirada. Gomes Freire, que sabia desde 1738 que a Capitania de São Paulo seria extinta, ficou quieto; fingiu não se importar.

As vilas e arraiais continuaram a perder para os sertões leves e mais leves de inadimplentes da capitação, pretos forros, brancos pobres e seus respectivos escravos. Gomes Freire manteve a rotina semestral e só denunciava, em seus planos e correspondências, os perniciosos “quilombos”, agora confederados nos Sertões do Campo Grande do Rio das Mortes. A maioria desses quilombos, como

MG QUILOMBO **Imposto da Capitação**

os do Gama e do Ambrósio se relacionavam com outras vilas, como arraiais comuns, que de fato eram.

Depois de derrotar os reinóis do Rio das Mortes, Francisco Martins Lustosa e seus oficiais foram para São Paulo. Em breve voltariam. A extinção da Capitania de São Paulo estava para ser desfechada, mas eles de nada sabiam. Quem fornecia mantimentos para esses faiscadores paulistas eram os quilombos do Campo Grande, principalmente o do Ambrósio. Era preciso destruir esse quilombo e os seus confederados. É o que, havia muito, Gomes Freire vinha maquinando e preparando.

Primeiro Quilombo do Ambrósio, a capital do Campo Grande

Como ensina a Prof^ª Maria Salomé Reis Alves de Lima em sua Cartilha o Segredo do Rei Ambrósio, a *“Primeira Povoação do Ambrósio cresceu. Sua situação geográfica, à beira do Rio Grande, dava acesso às várias povoações de fugitivos do Imposto da Capitação, através dos portos fluviais no próprio Rio Grande, no Sapucaí e no Rio Verde, etc., aos quais fornecia mantimentos de suas ricas roças”*.

“Gomes Freire viu que quem ajudava todo mundo no Sertão do Campo Grande era o negro Ambrósio e sua Povoação. Enquanto as cidades oficiais ficavam vazias, as povoações de fugidos aumentavam cada vez mais. Assim, a Povoação do Ambrósio foi crescendo e ficando cada vez mais poderosa. Então, os ricos comerciantes portugueses que exploravam os brasileiros, o governador de Minas e Rio de Janeiro, os ouvidores, os oficiais e juízes começaram a reclamar e o Governador Gomes Freire, decretou que a Povoação do Ambrósio era um quilombo e que era preciso destruí-la.

Os moradores de todas as povoações do Campo Grande, que também foram consideradas quilombos pelo governo mentiroso, se juntaram e resolveram defender a Povoação do Ambrósio. (...)”.

“Este ataque de 1746 foi o maior de todos. O Governo mandou uma tropa de mais de 400 homens a cavalo e a pé. Como Ambrósio e seus amigos eram lavradores, o governador pensou que seria fácil acabar com eles, achando que tinham somente arcos de flechas e lanças. Foi um grande erro de Gomes Freire e do capitão Antônio João de Oliveira.

As outras povoações quilombolas, revoltadas com tamanha covardia, se reuniram e se entrincheiraram perto no Morro das Balas, numa região ao norte da atual cidade de Formiga-MG”, pois sabiam que o caminho das tropas para atacar a Povoação do Ambrósio, que ficava em território da atual cidade de Cristais-MG, seria aquele que vinha do Tamanduá (atual cidade de Itapeçerica-MG).

A luta foi sangrenta. As tropas do capitão Antônio João de Oliveira, mesmo usando armas de fogo e granadas, só conseguiram tomar as trincheiras dos súditos do Rei Ambrósio depois de dois dias de fogo cerrado. Morreu muita gente, dos dois lados.

A Prof^ª Maria Salomé imortalizou em sua Cartilha, também em fundamentada romantização, que os *“quilombolas que escaparam foram se unir*

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

aos malungos da Primeira Povoação do Ambrósio”, situada entre os morros do Quilombo, do Redondo, da Meia Laranja, ao norte do atual município de Cristais. E ainda, segundo a Cartilha dessa professora Cristalense:

“Recompostas suas tropas, abandonando os feridos e os mortos aos urubus, o capitão Antônio João de Oliveira desceu acompanhando o rio Formiga e, em sua foz, atravessou o Lambari ainda com mais de duzentos homens-do-mato. Continuava na crença de que matar os quilombolas-lavradores era fácil, pois não tinham armas de fogo: só enxadas, enxadões, picaretas, almocafres e, talvez, alguns arcos de flecha e lanças. Só pensava em sangue e achava que o capeta estava solto e a seu favor. Errou feio.

Ambrósio e seu povozinho, na companhia dos bravos quilombolas que escaparam com vida da batalha do Morro das Balas, reunidos na frente da sua capelazinha de pau-a-pique, rezaram o terço e dançaram para Nossa Senhora do Rosário. Pediram-lhe a intercessão na proteção de Deus, que na língua dos negros se chama N’Zambi, para que lhes desse coragem para lutar e, sendo preciso, morrer com honra para serem recebidos pelo Pai Eterno.

*As casas da Povoação ficavam, de comprido, entre o Morro do Quilombo e o Morro Redondo, se espraiando em volta da Lagoa que ficava entre os locais que depois se chamaram Antonio **Fernandes**, José **Rosa** e Vargem dos **Medeiros**⁷. Ficou um punhadinho de gente esperando, cantando e servindo de isca para atrair as tropas do governador Gomes Freire.*

Ao ver aquele tiquinho de gente, o capitão Oliveira e seus assassinos acharam que seria só correr, pegar, estraçalhar e deixar a carniça para os urubus. Foi outro erro do capitão Oliveira. Deus se fez presente: despejou um aguaceiro feio, daqueles que só caem aqui em Cristais. As armas de fogo que eram de escorvar com a mão – ainda não existia a espoleta – ficaram totalmente molhadas. Também não tinham mais granadas.

As tropas de capitães do mato do capitão Oliveira, em algazarra de gritos na chuva, partiram em desabalada corrida para estraçalhar os poucos quilombolas que continuavam a cantar. Um relâmpago ribombou no mundo, lambendo com suas faíscas os céus e os infernos.

Quando passou o ofuscamento... o povozinho sumiu! Oliveira e seus assassinos ficaram como abelhas tontas, invadindo casas vazias, dando baionetadas no ar, no meio da chuva que, agora, caía mansa sobre o indaiá das casinhas.

A chuva amansou. O coração do capitão Oliveira, não. Seu peito ribombou de medo, quando viu uma multidão de quilombolas descendo silenciosamente do Morro do Quilombo, do Morro Redondo e da Meia Laranja, a caminhar na direção de suas tropas. Traziam uma bandeira branca.

Oliveira endoidou! E gritou! E babou:

- Mata! Mata todo mundo! Eu quero a cabeça do negro Ambrósio!

O Rei Ambrósio largou a bandeira branca, empunhou sua lança fez sinal para os homens. Houve o encontro”.

⁷ Toponímias seculares, hoje tombadas pelos poderes Legislativo e Executivo de Cristais-MG.

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

O velho negro contador de Histórias, xará do Rei Ambrósio, personagem da Cartilha da Profª Maria Salomé, assegurou às crianças que o ouviam de que:

“- Foi aqui, entre estes três morros. Homens, mulheres e crianças enfrentaram os capitães do mato e as outras tropas do governador. Foram sete horas de faca batendo em faca, das lanças contra as baionetas... dos anjos contra os capetas. Morreu muita gente.

- Estes vales ficaram esterçados de cadáveres. Os urubus se fartaram semanas inteiras. Até há pouco tempo, ainda se achavam por aqui pedaços de espingardas, lâminas de facas, pontas de lanças, flechas e biqueiras metálicas das bainhas das espadas.

- O capitão Oliveira, quando vira que estava perdido, meteu as esporas em seu cavalo e fugiu com os seus principais homens. Depois, para justificar sua covardia, disse para o governador que pelo menos tinha matado o Pai Ambrósio. Mentira. Mas, de certa forma, verdade. Pois, agora, com os olhos cheios de lágrimas e o corpo todo ferido e banhado de sangue dos inimigos, a pedido de seus quilombolas, o Lavrador Pai Ambrósio passou a ser chamado de Rei Ambrósio, o Guerreiro”.

O português Manuel de Souza Portugal, provável falso amigo que traiu o Rei Ambrósio⁸, fugiu e levou para Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto-MG, negras e crianças que, segundo registro de batizado de 16 de outubro de 1746, seriam *“Ana, filha de Maria, escrava de Francisco Xavier, Felipe e Joana, filhos de Rita, escravos de Marta de Jesus, Rosa, filha de Clara, escravos de Manoel Martins e Teresa, filha de Luzia, escrava de José Dias, todos nascidos no quilombo do Ambrósio. Foram padrinhos o sargento mor Manoel de Souza Portugal e Josefa Soares do Santos, de que fiz esse assento. (ass.) O vigário Pedro Leão de Sá”*⁹.

Voltando ao contador de histórias da Cartilha da Professora Maria Salomé, o velho negro Ambrósio, xará do grande Rei:

- “Mas a história não terminou aqui. A partir desta grande batalha, o Rei Ambrósio determinou a mudança de sua capital para a região onde hoje se encontram os municípios de Campos Altos e Ibiá. Porém, deixou na região do atual município de Aguanil, uma pequena povoação – Relíquias do Ambrósio – bem como, mandou que suas esquadras de guerreiros freqüentassem sempre a região da Primeira Povoação, onde deixou SEGREDO nunca encontrado.

- O capitão Oliveira pediu uma sesmaria aqui no local dos Três Morros da Povoação do Ambrósio. Mas, nunca quis estas terras. Queria apenas o Segredo do Ambrósio... Morreu sem o encontrar.

- Que segredo seria este? – perguntou Pedrinho.

- Dizem ter sido dois enormes potes de ouro. – explicou Sr. Ambrósio.

- Ah! Já sei! É por isso que no nosso município existe a região do Segredo onde estão localizadas a Fazenda Segredo e o Córrego do Segredo, observou Maria Paula.

⁸ Manoel de Souza Portugal teve um filho natural com a crioula Marta Pereira, de nome Josefa Pereira.

⁹ Folha 30v, Mic 038, Arquivo da Paróquia do Pilar.

MG QUILOMBO **Imposto da Capitação**

- *Isso mesmo, Maria Paula, o segredo é um tesouro escondido: dois potes de ouro enterrados no subsolo desta região.*

- *Mas, o que foi feito do Rei Ambrósio?*

- *Pedrinho, graças à bravura do Rei Ambrósio e de seus quilombolas, o rei de Portugal mandou acabar com o Imposto da Capitação. Ambrósio queria mais... morreu treze anos mais tarde, em 1759, no Quilombo da Pernaíba, hoje cidade de Patrocínio, lutando por um ideal maior chamado LIBERDADE.*

- *Depois, um tal Constantino Barbosa da Cunha comprou essas terras e aqui instalou sua fazenda, cuja casa-sede tinha mais de 40 janelas... Mas, aí já é outra história que um dia conto para vocês.*

- *Os documentos antigos dessas sesmarias do Quilombo do Ambrósio, escritos a mão, estão lá na Secretaria de Educação e Cultura... Quem quiser pode ir lá ver. É por lá que se deve iniciar qualquer investigação.*

- *Que bonito, sô Ambrósio! - disse Pedrinho. Vou contar esta história para minha professora, dona Cristina, na Escola Municipal João de Assis Campos que fica na comunidade dos Coqueiros, pertinho do Morro da Vigia. Vou convidá-la também para irmos, em excursão, conhecer o Morro da Vigia”.*

Deixemos as crianças cristalenses a escarafunchar o segredo do Rei Ambrósio e voltemos à História da Confederação Quilombola do Campo Grande.

A segunda grande guerra contra a Confederação Quilombola do Rei Ambrósio

Até 1746, o governador Gomes Freire de Andrade dera extrema importância à destruição da Primeira Povoação do Ambrósio e seus quilombos confederados, “*por querer ter na sua lembrança tão heróica empresa, para atalhar aquele veneno se-lhe não cortarem as asas, irá crescendo em mal e passará a tão feroz monstro, que virá a ser a total ruína destas Minas*”¹⁰. Depois de 1746, permanecendo quase que somente no Rio de Janeiro, suas correspondências evidenciam uma grande dissimulação, com claros indícios de que proibiu nas correspondências oficiais qualquer referência ao vergonhoso insucesso de suas tropas, bem como ao próprio nome do Rei Ambrósio.

As listas do imposto da Capitação mostram que do 2º semestre de 1746 para o 1º semestre de 1747 “desapareceram” cerca de 3.500 escravos sobre os quais os seus senhores nunca mais voltaram a pagar esse imposto, afora aqueles que havia muito tinham fugido e não mais pagavam esse imposto sobre seus escravos e os pretos forros, cuja maioria nunca quis pagar esse imposto maldito.

Em 1748, também por articulação do traidor Alexandre de Gusmão, a Capitania de São Paulo foi extinta politicamente, ficando sem governador e demais autoridades, passando a se submeter como simples “distrito” ao Rio de Janeiro, sob os pés do psicopata Gomes Freire de Andrade. Em ato contínuo foram criadas as novas capitanias de Goiás e do Mato Grosso.

Em Portugal, o governo do Reino, com o agravamento da doença do Rei Dom João V, ficou totalmente nas mãos de seu confessor e de seu secretário

10 APM SC Cod fls. 85v-86 de 25.06.1746.

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

Alexandre de Gusmão, o paulista traidor de seu próprio povo. Gomes Freire de Andrade, de forma esquizofrênica mandou arrochar ainda mais a cobrança do Imposto da Capitação, levando as Minas Gerais à última miséria, conforme denunciaria em Portugal, no ano de 1749, o magistrado Tomé Gomes Moreira:

*“E, nestes termos, não considero outro remédio aos miseráveis mineiros e moradores das Minas mais do que suportarem o jugo da sua destruição ou saírem para fora das Minas, como em tão breve tempo já tem feito grande número deles”*¹¹.

*“(...) uma grande diminuição nos rendimentos dos mesmos reais quintos, como vai mostrando a experiência na deserção que já tem feito um grande número de moradores de todas as comarcas das Minas, levando consigo os seus escravos, por ser intolerável o tributo da capitação, (...)”*¹².

Em 1750 o Rei Dom João V morreu, ascendendo ao trono o seu filho Dom José I, que fez seu primeiro-ministro o futuro Marquês de Pombal. Alexandre de Gusmão, o reinventor do Imposto da Capitação, foi escorraçado da presença do novo Rei.

Pombal declarou por escrito ao novo Rei que, em outras palavras, ou se acabava com o Imposto da Capitação, ou o Reino perderia não só a Capitania de Minas Gerais, mas perderia também a própria Colônia ou Estado do Brasil. Assim, um dos seus primeiros atos foi extinguir o Imposto da Capitação e recriar o Sistema Tributário de Casas de Fundição, com quota anual fixa de cem arrobas sob pena de derrama contra os homens-bons da Capitania de Minas Gerais.

Da mesma forma, várias das novas leis promulgadas pelo ministro Pombal visaram a destruir as causas do fenômeno do quilombismo de brancos pobres e pretos forros gerado pela extinta Capitação, incentivando a que voltassem para as vilas e arraiais oficiais.

O Rei Ambrósio, ao que tudo indica era um preto livre ou forro e poderia ter abandonado a vida de quilombola e voltado à sociedade oficial. Mas não foi o que ocorreu. O que perdeu de pretos forros e brancos pobres em seus quilombos confederados, ganhou de novos escravos fugidos que passaram a ter em sua Confederação um porto seguro para se livrarem do sofrimento do cativo.

Gomes Freire acabou sendo afastado das Minas e mandado para o Sul (atuais Uruguai, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) para implantar o Tratado de Madrid, outra ideia maldita do traidor do povo paulista, Alexandre de Gusmão, que, assim como a Capitação, geraria mais um grande genocídio, agora de índios guaranis.

Apesar de o Rei Ambrósio ter mudado sua capital para a região da atual Ibiá-MG, a sua Confederação Quilombola do Campo Grande continuou a dominar toda a região da Serra das Esperanças, como denunciam suas reminiscências toponímicas, destacando-se a região das atuais Guapé-MG, Cristais-MG e Aguanil-MG, esta última e a região da atual Três Pontas, referidas como “Relíquias do Quilombo do Ambrósio” em vários documentos até o ano de 1760.

11 Comentários de Tomé Gomes Moreira, 1749, sobre a capitação, in Códice Costa Matoso, p. 482.

12 Comentários de Tomé Gomes Moreira, 1749, sobre a capitação, in Códice Costa Matoso, p. 499.

MG QUILOMBO **Imposto da Capitação**

Desde 1756, José Antônio Freire de Andrade, irmão de Gomes Freire que ficou com o governo interino de Minas Gerais e Rio de Janeiro, passou a articular um novo ataque à Confederação Quilombola do Campo Grande. Desta vez, o comandante seria Bartolomeu Bueno do Prado, paulista renegado, filho de Domingos Rodrigues do Prado, cujos pais eram naturais de Santos, compatriotas do genocida Alexandre de Gusmão.

As vilas foram obrigadas a contribuir com taxas anuais de 300 a 500 oitavas de ouro e as tropas foram preparadas de 1757 a 1759.

Em agosto de 1759, Bartolomeu Bueno do Prado saiu com sua tropa de 400 homens a cavalo e armados com armas de fogo. Além dessa tropa, o ataque contou com um sistema de armazéns postados em lugares estratégicos, supridos por trens bélicos periódicos, além de outras divisões de tropas colocadas nos pontos de fuga ou de contato entre um quilombo e outro.

O primeiro alvo do ataque foi o Segundo Quilombo do Ambrósio, agora situado na região da atual Ibiá-MG, porém, esse quilombo foi encontrado evacuado, ou seja, deserto de gente. Na sequência, as tropas atacaram o Quilombo da Pernaíba, na região da atual Patrocínio e, voltando, queimou também o Segundo Quilombo do Ambrósio, suas roças e seus paióis entupidos de mantimentos.

Na sequência, voltaram às nascentes do São Francisco, atacaram e destruíram os quilombos do Indaiá, Marcela, Bambuí, entre outros, também sem deixar sobreviventes, tendo noticiado em seu mapa que os quilombos de São Gonçalo e Ajudá também foram achados desertos. Dalí foram para um dos entrepostos da tropa em região da atual Piumhi, onde se reabasteceram.

Marcharam agora, para os Sertões do Jacuí, na margem esquerda do rio Grande entre os rios Sapucaí e Pardo, onde destruíram mais 13 quilombos, destacando-se o Quilombo do Fala, Quilombo da Pedra, Quilombo do Chapéu, Quilombo do Zondum, Quilombo do Calaboca, Quilombo da Boa Vista II, Quilombo das Goiabeiras, Quilombo Nova Angola, Quilombo do Caeté, Quilombo do Pinheirinho ou Pinhão, Quilombo do Marimbondo, Quilombo do Muzambo e Quilombo do Careca.

Ao final, só Bartolomeu Bueno do Prado apresentou 3.900 pares de orelhas dos negros que ele matou ao governador, conforme relataria seu parente contemporâneo, o historiador e linhagista Pedro Taques de Almeida Pais Leme, com base no relato de testemunha presencial massacre, que esteve em sua casa, em São Paulo, em busca da árvore genealógica de Bueno.

Em dezembro de 1759, Gomes Freire comunicou ao Reino que o Rei do Segundo Quilombo do Ambrósio fora contado entre os mortos. A morte do grande rei quilombola das Minas Gerais teria ocorrido em 7 de setembro de 1759, provavelmente no Quilombo da Pernaíba, região da atual cidade de Patrocínio.

O roubo da História Quilombola das Minas Gerais

O genocida Gomes Freire de Andrade, acusado que fora de covardia, traição e apropriação de bens do tesouro real, viria a falecer em 1º de janeiro de

MG QUILOMBO Imposto da Capitação

1763. Antes disto, contratara com Inácio Correia Pamplona para que este continuasse com sua frustrada tentativa de abocanhar o atual Triângulo Mineiro que, então, continuava a pertencer à Capitania de Goiás. Foi o que fez Pamplona durante quarenta anos de sua vida. Pamplona, com a ajuda de outros reinóis de São João Del Rei e da Vila de São Bento do Tamanduá (hoje, Itapeçerica-MG) foram os principais ladrões da História da Confederação Quilombola do Campo Grande. Para isso, Pamplona e seus amigos mentiram e plantaram pistas falsas, como se as guerras quilombolas de 1741-1746 tivessem ocorrido dentro do então Triângulo Goiano, incluindo ali o próprio Primeiro Quilombo do Ambrósio e inventando que esse Rei Quilombola teria morrido na batalha de 1746, quando nessa batalha ele resistiu aos ataques do governador, causando entre outras derrotas a Gomes Freire e seus asseclas, a extinção dos sistema tributário da Capitação. Ambrósio só teria morrido na descomunal batalha de 1759, como noticiou o próprio governador Gomes Freire em dezembro de 1759.

Além desses ladrões da História da Confederação Quilombola do Campo Grande, também os últimos presidentes da Província e os primeiros presidentes do Estado de Minas Gerais, utilizando-se das revistas do Arquivo Público Mineiro, contaram muita mentira no período de 1815, quando o Triângulo passou a ser Mineiro, até o ano de 1904, quando ainda tentavam se justificar perante o governo de Goiás pelo esbulho praticado por Minas Gerais. Historiadores como Hildebrando Pontes e Waldemar de Almeida Barbosa, da mesma forma, talvez por preconceituosa comodidade, continuaram a perpetuar essas barbaridades através de incontáveis seguidores, mormente, dos tais mestres e doutores “fabricados” pelas faculdades de história e sociologia, inclusive da UFMG e da USP, cuja grade de ensino precisa, sem dúvida, de urgentes modificações e incrementos, tais como Filosofia, Lógica-formal e ÉTICA profissional.

A grande maioria de nós mineiros deseja que o Triângulo continue sempre Mineiro. Porém, esconder ou tentar justificar esse esbulho possessório a custa de tanta mentira, principalmente quando essas mentiras roubam a gloriosa história da verdadeira participação do negro na construção da Pátria Mineira, é um preço alto demais da conta e que não deve continuar a ser pago.

Caso você queira conhecer mais detalhes dessa “*História de Minas roubada do povo*”¹³, bem como, queira nos ajudar a recompor a “*História de Minas que se devolve ao Povo*”¹⁴, sugiro que se aliste como Quilombola do site MGQUILOMBO e nos ajude a desmascarar os “*Ladrões da História*”¹⁵, para que também os assassinos, ladrões e políticos corruptos dos dias de hoje tenham a certeza de que “*não há coisa oculta que não venha a manifestar-se, nem escondida que não se saiba e venha à luz*”¹⁶.

Tarcísio José Martins – 01.12.2011 (agora, em 02.05.2023).

13 Livro do autor, de 318 pp. publicado pela Editora Gazeta Maçônica em 1995.

14 Livro do autor, de 1034 pp. publicado pela Editora Santa Clara, em 2008.

15 Livro do autor, de 280 pp. publicado pela Editora Santa Clara, em setembro de 2011.

16 São Lucas 8, 17.